

O negativismo histórico como arma política. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-negacionismo-historico-como-arma-politica/> Acessado em 12 jul. 2019

Brasil paralelo e o revisionismo histórico. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/06/12/brasil-paralelo-e-o-revisionismo-historico/> Acessado em 12 de jul. 2019

Governo Bolsonaro prega negacionismo histórico. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/05/politica/1554419295\\_939718.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/05/politica/1554419295_939718.html) Acessado em: 15 jul. 2019

50 anos do AI-5: negar ditadura é ignorância histórica, diz pesquisador. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46496289> Acessado em 10 de agos. 2019

GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

AZEVEDO, Reinaldo. Regime militar de 1964. Blog hospedado pela revista Veja, 2014. Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/tag/regime-militar-de-1964/>, acesso em 13 jul. 2019.

DOSSIÊ Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985). São Paulo, Imprensa Oficial, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As universidades e o regime militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. A estranha derrota: os comunistas e a resistência cultural ao Regime Militar (1964-1968). In: NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.). Comunistas Brasileiros: cultura política e indústria cultural. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

**DR. CAMPOS SALLES: A REPÚBLICA OLIGÁRQUICA EM NOME DA  
ORDEM E DO PROGRESSO NO BRASIL**

Lucas Ramon Porto de Assis  
UEPB;  
lucasramon2009@hotmail.com

Juvandi de Souza Santos  
UEPB  
juvandi@terra.com.br

## RESUMO

A política e a personagem do Doutor Campos Salles, Presidente do Brasil (1898-1902), quiçá sejam bastante conhecidas nos meios acadêmicos. No entanto, criou-se, via de regra, imagem negativa da mais marcante face da sua administração: o estabelecimento da «Política dos Estados» e a propiciação daquela que seria chamada «Política do Café-com-Leite», ambas vistas como consolidadoras dos modelos Oligárquico e Autoritário da Primeira República. Destarte, o presente Artigo, em vistas a lançar enfoque diverso, desprovido de certos juízos prévios, nocivos ao exercício efetivo da Historiografia, sobre o Governo Campos Salles, buscará, sucinta e objetivamente, demonstrar a necessidade dos supramencionados arranjos políticos que foram estabelecidos neste período, no intuito de garantir estabilidade política nacional e a agenda econômica da Administração, que almejava recuperar o Brasil da gravíssima crise do Encilhamento, cujos efeitos se faziam sentir desde os primórdios do Regime Republicano.

**Palavras-chave:** Primeira República Brasileira; Doutor Campos Salles; República Oligárquica; Estabilidade Política; Economia.

## APONTAMENTOS INICIAIS

Analisar aspetos do Governo Campos Salles é uma complexa empreitada, a qual muitos historiadores e cientistas sociais já dispuseram enfrentar. Apesar de a alcunha de «Consolidador da República» ser, honrosamente, atribuída ao Presidente Floriano Peixoto, é inegável a monumental importância das ações administrativas e dos arranjos políticos do quarto Presidente do Brasil, segundo civil, Sr. Campos Salles, que estabeleceu as definitivas bases de estabilização e continuidade do recém-criado Regime Republicano, perdurando com poucas alterações até o fatídico 03 de novembro de 1930.

Nesse sentido, o presente trabalho, realizado a par das muitas outras produções científicas acerca da temática, busca demonstrar, de maneira incisiva, a importância do constante esforço pela estabilização política naqueles conturbados primeiros anos da República, por parte do Presidente Campos Salles, e a culminância deste processo na garantia da boa governação do país, refletida nas medidas de combate à crise fiscal e económica, na qual o país mergulhara desde o Governo Provisório (1889-1891).

Tendo em vista que, em um Regime Republicano Democrático, como se propunha ser aquele de 1891, o líder do Executivo não tem total discricionariedade, necessitando o aval do Congresso Nacional para estabelecer quaisquer grandes Programas Administrativos, o Presidente Campos Salles tinha como grande desafio pacificar os ânimos do Legislativo Federal, persuadindo-o ao apoio de suas urgentes proposituras. Destarte, duas frentes complementares e indispensáveis apresentavam-se ao Governo, a partir de 15 de novembro de 1898: realizar a reestruturação financeira do país, com medidas de austeridade e controlo da dívida pública nacional, empreitada que só conseguiria através da efetiva formação de maioria no Parlamento, palco de conflitos internos entre grupos antagónicos, sem grandes perspectivas de aglutinação em torno do Presidente. Sendo assim, sem a realização de arranjos, analisados por muitos sob óptica de «autoritários e oligárquicos»<sup>165</sup>, mas tratados, pelo presente trabalho enquanto necessários artifícios de confluência política e governabilidade, seria possível a Campos Salles suceder onde os seus predecessores falharam?

---

<sup>165</sup> Carone (1988) percebe o arranjo de Salles como «uma fórmula de consolidação de grupos que estivessem no poder, sem permitir qualquer abertura às oposições». Cardoso (1975) vai no mesmo sentido: «Com ela, entretanto, complementara-se a institucionalização do sistema oligárquico. Franco (1955) chega a atribuir à Política dos Estados autofágico e contraproducente efeito: «Na verdade foi a política dos estados, sem partidos nacionais, que conduziu o Brasil à Revolução de 30, crise de exacerbação máxima da política estadual». Excertos extraídos de Viscardi (2016)

Compreendendo a situação de constantes sublevações da Ordem, característica da chamada República da Espada<sup>166</sup>, é evidente a necessidade de uma nova lógica de organização política, dentro do próprio sistema, para reorganizar a caótica distribuição de forças que se apresenta a partir de 1889. O primeiro Presidente da República, isolado e acuado por uma revolta, renuncia; o seu sucessor, «vice-presidente em exercício», assume em meio a incertezas jurídicas<sup>167</sup>, e fia-se na força do Exército para impor sua agenda de governo; o Presidente seguinte depara-se com uma séria ameaça nos sertões da Bahia, além de sofrer um atentado... Não é difícil pensar, assim, que a República parecesse fadada ao fracasso naqueles iniciais anos de seu estabelecimento. O Sr. Campos Salles, assumindo a presidência do país em meio a tal lancinante contexto, necessitando estabelecer sua agenda de impopulares, mas necessárias, reformas, saberá bem articular esta saída tão desesperadamente ansiada pelos Estados Unidos do Brazil.

Assim sendo, o presente trabalho configura-se enquanto esforço de análise quantitativa e serial, enfocando nos aspetos administrativos do Governo de Presidente Campos Salles, desde seu programa de estabilização da política interna, com os arranjos para lhe garantir o apoio do Congresso Nacional, até as propiciações que estes concederam para a estabilidade económica, através da aprovação das medidas de austeridade e dos orçamentos públicos que, como observar-se-á, foram francamente favoráveis à lógica do governo de redução de despesas e aumento de receitas. Para tal, as fontes consultadas foram de diversa natureza: desde os atos do poder executivo entre 1898

---

<sup>166</sup> Período que vai da Proclamação da República (1889) até a posse de Prudente de Moraes (1894), marcado por duas revoltas da Armada, a Revolução Federalista e o começo da crise do Encilhamento, cujos efeitos far-se-ão sentir ainda no Governo Campos Salles.

<sup>167</sup> A primeira eleição do Novo Regime deu-se de forma indireta, a 25 de fevereiro de 1891, logo após a promulgação da Constituição, a 1891. O Marechal Deodoro da Fonseca foi eleito Presidente e, em acordância com o sistema à época posto, o Congresso Constituinte elegeu como seu vice o Marechal Floriano. Após a renúncia do primeiro, em 23 de novembro de 1891, o «Marechal de Ferro» assume a presidência com duvidosas bases legais, tendo em vista o *caput* do Artigo 42 da Constituição, que estipulava a necessidade de novas eleições, caso a vacância do cargo executivo desse-se antes de decorridos dois anos de mandato. Apesar disso, a intransigente atuação de Floriano no combate às insurreições contra a ordem estabelecida e o sucesso em entregar o cargo ao sucessor eleito, Prudente de Moraes, valeu-lhe a atribuição da consolidação da República no Brasil.

e 1899, a mensagem do Presidente ao Congresso Nacional em virtude de sua posse, além do muito importante livro de Alcindo Guanabara, o qual, consultando os anais da Câmara dos Deputados, permite apontar detalhado reconto dos factos e trâmites das propostas orçamentais e financeiras do Governo, enfocando na cordial e dócil relação que se estabelecia entre o Executivo e o Legislativo, ao contrário do que se observava até aquela altura.

### **O FIM DO IMPÉRIO DA MODERAÇÃO**

Uma característica demasiado importante do Império tropical brasileiro é o estabelecimento do Poder Moderador. Para além de ser uma ferramenta de efetivo controlo e literal «moderação», por parte do Imperador sob as fações políticas Liberal e Conservadora no Congresso, este quarto poder agia como garantidor da coesão nacional em torno do governo central, uma vez que todo o poder, desde 1831, emanava da Capital Imperial em direção às Províncias. Foi destarte que D. Pedro II conseguiu garantir o seu longínquo reinado sem maiores percalços no tocante à estabilidade política no Império, ao menos até os fatídicos finais do século XIX, quando o arranjo de moderação já não mais conseguia efetivar a convergência dos vários interesses que, entre as brumas do tempo, foram-se tornando irresistíveis.

Sem que se realize análise específica destas, muitas foram as razões que indispuseram as Elites financeiras, a Igreja e o Exército com o Império. Interessante para o presente trabalho, no entanto, é compreender a indispensabilidade da centralidade administrativa do monarca para a garantia da estabilidade política do País e, em havendo triunfado a Revolução de 1889, como a falta deste ou de similar mecanismo, em um sistema que presava pelo federalismo *à americana*, sem considerar as idiossincrasias nacionais, causou quase a impossibilidade dum governo efetivamente estabelecer um projeto político-administrativo no novo regime. Alcindo Guanabara, político e importante jornalista dos primeiros anos da República, em livro dedicado ao Governo Campos Salles, destarte define as novas dificuldades impostas ao Executivo:

Ao invés dos dois grandes partidos nacionais, regendo uniformemente todos os departamentos administrativos do País, apareceram em cada um deles agremiações diversas, compostas de elementos colhidos indiferentemente nos

seus remanescentes, pleiteando ardentemente a posse do poder que, uma vez obtida, era defendida com ardor e intolerância que raiava pela ferocidade. A política federal ficou destarte sem unidade. A anarquia dominava todos os departamentos da administração (GUANABARA, 2002)

Assim, é fácil perceber que nada haveria de ser possível estabelecer enquanto esta anárquica situação não se encontrasse domada. O Sr. Campos Salles era uma figura conciliatória, sem dúvida, republicano histórico, a quem interessava tolher todos os sentimentos revolucionários ainda exacerbados desde a Revolução que proclamou a República, razão pela qual a escolha da sua figura como candidato à sucessão de Prudente de Moraes parecia ser a única hipótese de garantir que um novo arranjo estabelecesse estrutura nova, capaz de se sobrepor ao vacante Poder Moderador. O Presidente não se esquivaria de seu chamado.

#### **A MUDANÇA DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA: A GÊNESE DA POLÍTICA DOS ESTADOS**

É facto que Campos Salles, apesar de assumir a Presidência em meio a um turbilhão de incertezas e disputas políticas, deparou-se com um Congresso Nacional bem menos hostil que os seus antecessores. Se o Marechal Floriano fiava-se na força do Exército e nos exaltados «jacobinos» que formavam sua base de sustentação, Salles era bastante mais pragmático, posto que, desde mesmo antes de assumir o cargo de Presidente, já deixava claro o seu tom de conciliação, que consistia, em verdade, na abstenção de intervenção nos conflitos que dividiam o Parlamento brasileiro àquela altura de 1898. Destarte, os grupos políticos em conflito compraziam-se no senso de liberdade que passariam a ter sob o novo regime, tratando suas desavenças em cenário local, enquanto ambos os lados, antagônicos, aglutinavam-se em torno do Presidente que, desde

a formação de seu Ministério<sup>168</sup>, deixava claro o seu caráter técnico, governando fora e acima de Partidos Políticos, como apresentava em seu Manifesto Eleitoral:

Aquele que é elevado pela vitória das urnas à suprema direção dos destinos do País não é, de certo, o chefe de um partido, representante de suas paixões e animado de ódios contra os vencidos; mas representa antes de tudo e acima de tudo um triunfo de princípios e de ideias, uma sanção pedida à maioria da Nação e outorgada por ela. Ele é, pois, o chefe legítimo do Estado. (GUANABARA, 2002)

Não obstante, eram frágeis estas bases de apoio das quais o Presidente dispunha. O Congresso remanescente do Governo Prudente estava demasiado dividido e imerso em desavenças, ainda que já não a envolver o Executivo, e Campos Salles bem sabia que não poderia fiar-se em tão volátil fundação, se desejava realizar as efetivas reformas que o país necessitava. Assim, tendo em vista as eleições legislativas que se aproximavam naquele ano de 1899, o Presidente idealiza um arranjo que pudesse confirmar a sua defesa por um federalismo *de facto* no Brasil, no qual caberia aos estados federados a garantia da defesa dos verdadeiros interesses do País, os quais partiam, primeiramente, de cada unidade federativa (VISCARDI, 2016), e que se eterniza na Historiografia do Brasil Republicano como Política dos Governadores (dos Estados). Sinteticamente, tal consistia numa mudança no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, no que disciplina a diplomação dos candidatos teoricamente eleitos por cada um dos estados, cambiando o eixo de legitimação de diplomas expedidos: não mais haveria de caber às comissões de verificação da Câmara Federal acatar contestações aos candidatos que houvessem sido diplomados em consenso das comissões estaduais, garantindo que os virtuais deputados aceites pelos grupos políticos dominantes no âmbito estadual seriam mantidos a nível

---

<sup>168</sup> Em acordância com Lessa (2015), citado por Júnior (2017), este Ministério de Campos Salles apresentava-se demasiado isento de ingerências políticas, com os ocupantes dos cargos sendo profissionais capacitados para as áreas de atuação a que eram incumbidos. Era, pois, a confirmação do caráter tecnocrático e de eficiência que, na história republicana, não se tornaria a lógica administrativa pelos anos devindos.

federal, ademais, tomando posse do cargo na Câmara. Confluíam, assim os interesses dos estados e do Executivo Federal. (VISCARDI, 2016), (GUANABARA, 2002).

### O GOVERNO DE CONSENSO: ADMINISTRAÇÃO CAMPOS SALLES E A COOPERAÇÃO COM O CONGRESSO

Nesta etapa do trabalho, serão apresentados os dados mais especificamente relativos ao Programa Administrativo do Presidente Campos Salles, para comprovar-se a tese de que os arranjos políticos e as ideias de gestão que este inaugurou garantiram-lhe o apoio do Congresso, razão *sine qua non* para a consecução de tal projeto de recuperação económico-financeira do País. Primeiramente, que se parta à análise dos Orçamentos propostos pelo governo e votados pelo Congresso, enfocando-se no contraste entre as Receitas e Despesas que são propostas e aprovadas:

**Tabela I- Comparativo do Orçamento proposto pelo Governo e o aprovado pelo Congresso, entre 1899 e 1901**

Ano	Receitas Propostas (Rs.)	Despesas Propostas (Rs.)	Saldo Proposto (Rs.)	Receitas Votadas (Rs.)	Despesas Votadas (Rs.)	Saldo Votado (Rs.)
1899	346.164 contos	346.000:432\$008	163:567\$992	351.114 contos	328.623:257\$386	22.490:742\$614
1900	314.418 contos	267.109:520\$852	47.308:479\$148	312.938 contos	263.162:276\$044	49.775:723\$956
1901	284.367 contos	241.125:364\$024	43.241:635\$976	286.082.200\$000	244.514.800\$507	41.567:399\$493

Fonte: Adaptado de GUANABARA, 2001

Assim, através dos dados acima apresentados, podemos perceber que o Congresso Nacional estava muito mais receptivo a trabalhar com o Governo, provado com dados estatísticos, irrefutáveis. Especialmente no tocante ao primeiro ano da Administração (antes do estabelecimento da Política dos Estados, portanto) percebe-se que os congressistas foram bastante sensíveis às necessidades do Governo em reduzir despesas: se este propunha um saldo de pouco mais de 163 contos, o Parlamento, reduzindo as despesas em quase 20.000 contos enquanto aumentava as receitas em quase 6.000 contos, aprovou um superavit orçamental de 22.490 contos!

Ademais, ainda é possível, para reforçar tal constatação, quando se analisa as específicas medidas de austeridade que haveriam de caracterizar a Administração, perceber que a mudança no Regimento Interno da Câmara não foi, exclusivamente, a responsável pela estabilização do Governo Campos Salles, especificamente. Quando se realiza comparação entre a proposta orçamental para o ano de 1899, o primeiro da Administração Salles, com aquela votada pelo Congresso, assim como entre as específicas proposições de renda de impostos, clarifica-se o facto de que, simplesmente pela sua retórica de campanha e pelo que representava no quesito conciliação de interesses e abstenção de intervenção em conflitos estaduais, o Presidente dispõe da boa vontade dos congressistas. A Tabela II ajudará a se compreender tal fenómeno, confirmado, ademais, pelo que afirma Renato Lessa:

O aspecto político do país apresentava forte contraste com a situação anterior. Os chefes estaduais, garantidos pelo compromisso não intervencionista do presidente, empenhado em confinar o conflito político ao interior dos estados, não se constituem como focos de oposição. Sua atitude variou desde o apoio mais explícito – como no caso do presidente de Minas Gerais – à neutralidade benévola dos gaúchos. (2015, p. 174).

**Tabela II- Comparação entre as receitas orçadas pelo Governo com impostos, e a Lei de Recita, pelo Congresso aprovada, para o Exercício de 1899**

	<b>Proposta do Governo</b>	<b>Lei da Receita</b>	<b>Diferenças</b>
<b>Imposto de Faróis</b>	400:000\$000	600:000\$000+	200:000\$000
<b>Imposto de Docas</b>	200:000\$000	300:000\$000+	100:000\$000
<b>Saída</b>	150:000\$000	ELIMINADO-	150:000\$000
<b>Renda da E.F. Central do Brasil</b>	42.900:000\$000	35.900:000\$000-	7.000:000\$000
<b>Correio Geral</b>	6.600:000\$000	7.500:000\$000+	900:000\$000
<b>Telégrafos</b>	6.300:000\$000	7.000:000\$000+	700:000\$000
<b>Ginásio Nacional</b>	70:000\$000	100:000\$000+	30:000\$000
<b>Assistência dos Alienados</b>	180:000\$000	500:000\$000+	320:000\$000
<b>Renda arrecadada nos Consulados</b>	500:000\$000	600:000\$000+	100:000\$000
<b>Imposto do Selo</b>	10.000:000\$000	12.000:000\$000+	2.000:000\$000
<b>Contribuição das Companhias ou Empresas de Estrada de Ferro</b>	550:000\$000	3.500:000\$000+	3.050:000\$000
<b>Contribuição dos arrendatários das Estradas de Ferro de Sobral, etc</b>	325:400\$000	406:500\$000+	54:100\$000
<b>Taxa sobre o fumo</b>	2.000:000\$000	5.000:000\$000+	3.000:000\$000
<b>Taxa sobre bebidas</b>	2.500:000\$000	3.500:000\$000+	1.000:000\$000
<b>Taxa sobre o sal</b>	2.500:000\$000	3.000:000\$000+	500:000\$000
<b>Juros de capitais nacionais</b>	1.000:000\$000	1.500:000\$000+	500:000\$000
<b>Imposto de transmissão de propriedade no Distrito Federal</b>	3.000:000\$000	5.000:000\$000+	2.000:000\$000
<b>Idem de Indústrias e Profissões</b>	2.400:000\$000	2.000:000\$000-	400:000\$000

Fonte: GUANABRA, 2002, apud JUNIOR, 2017

Em se tratando, para que se finalize esta sintética e pontual análise das realizações da Administração Salles, em conjunto com o poder Legislativo, é importante trazer alguns dados finais sobre como deixou o País, a 1902, o Sr. Campos Salles. No tocante à moeda em circulação, outra vez segundo dados apresentados por Alcindo Guanabara, em comparação com o ano de 1898, reduziu-se em 107.949:356\$500 réis (de 788.364:614\$500 Rs. para 680.415:258\$000), o que implica numa considerável valorização da moeda em relação à Libra Esterlina, assim como a redução da inflação. Os débitos do Governo com o Banco da República foram liquidados, havendo, em verdade, depósitos na ordem de 12.000 contos, em favor dos cofres públicos, bem como liquidaram-se as Letras do Tesouro em circulação (e valor de 20.350 contos). Além disso, o País possuía em caixa o valor de 5.492:854\$000.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Chegando ao fim desta sintética pesquisa, cujo enfoque foi demonstrar a importância do modelo administrativo do Presidente Campos Salles para garantir a coesão do Governo com o Congresso Nacional, estabilizando o país politicamente e propiciando a aprovação das medidas tão necessárias de reestruturação financeira, pode-se afirmar que estes objetivos foram alcançados. Perceber o Brasil de antes de 1898, onde os ânimos revolucionários de 1889 não haviam arrefecido, e refletiam-se nos conflitos internos e na total fragmentação das forças políticas representadas no Congresso Nacional, e compará-lo com aquele legado a Rodrigues Alves a partir de 15 de novembro de 1902 é analisar dois países diferentes, similar à França revolucionária de Robespierre e aquela de Napoleão, estabilizada e altiva.

Ademais, as evidências utilizadas para demonstrar a importância do Governo Campos Salles são dados quantitativos, provenientes dos oficiais dados econômico e financeiros do Brasil, portanto livres de grandes apelos subjetivos ou eivados de inexatidões relativas. A chamada «Política dos Governadores» que, como convencionou-se afirmar, tornou-se em uma mácula da República por consolidar as suas características autoritária e oligárquica, em verdade, foi um arranjo de momento, muito importante e funcional, em vistas a garantir o bom funcionamento do País — ou melhor, o funcionamento do País, paralisado desde a Revolução de 1889 —, num momento de crise financeira nunca dantes vista. É o típico retrato dum líder que, utilizando dos meios a sua disposição numa altura, em vistas a alcançar o bem maior — prova disto sendo os dados que bem demonstram a recuperação financeira—, torna-se malquisto pelo facto de fazer os sacrifícios necessários.

Para concluir definitivamente, as palavras do Sr. Alcindo Guanabara serão utilizadas, quando este conclui seu livro sobre Campos Salles e, ainda que haja certo ideal de glorificação da figura do Sr. Presidente, ele indubitavelmente baseia-se nos dados estatísticos que apresenta — e os quais aqui foram apropriados, com a devida referência—, e estes muito bem justificam-lhe os cumprimentos ao período definitivo de consolidação da República brasileira. Que a elas se parta:

O que o Sr. Campos Sales pode dizer – e o que todos dirão dele amanhã, quando serenarem as paixões e se acalmarem os interesses que ele teve de contrariar para bem-servir à Nação – é que cumpriu o seu dever com largueza de vistas, com firmeza e com serenidade; e que nesse período, sob sua ação, **o Brasil caminhou com decisão e firmeza para o progresso, sob a égide da ordem.** (2002, 346, grifo nosso)

## REFERÊNCIAS

### FONTES PRIMÁRIAS

- Índice dos actos do Poder Executivo, 1898;
- Índice dos actos do Poder Executivo, 1899;
- **Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da terceira sessão da terceira legislatura, pelo Presidente da República M. Ferraz de Campos Salles.** Rio de Janeiro, 1899

### BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Marcelo de Paiva. **Os Funding Loans brasileiros.** Pesquisa e planejamento econômico | ppe | v.32 | n.3 | dez 2002;
- BACKES, Ana Luiza. **Fundamentos da ordem republicana: repensando o Pacto de Campos Sales.** Tese (Doutorado em Ciência Política) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004;
- BRAZIL, **Constituição** (1891). **Constituição** da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1891;
- CORRÊA, Arsênio Eduardo. **O pensamento político de Campos Sales.** Revista Estudos Filosóficos nº 3 /2009 – versão eletrônica – ISSN 2177-2967  
<http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos> DFIME – UFSJ - São João del-Rei-MG  
Pág. 142– 153;
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 12 ed., 1 reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006;
- FREIRE, Américo O. G. **Campos Sales e a República Carioca.** LOCUS: revista de História, Juiz de Fora, vol. 2, n. 1, 1996, p. 9-20;
- GUANABRA, Alcindo. **A Presidência Campos Sales.** Senado Federal: Brasília, 2002;

JÚNIOR, António Ernesto Lassance. **Pelas mãos dos presidentes: construção do Estado e desenvolvimento em uma perspectiva comparada das presidências de Campos Salles e Getúlio Vargas.** Tese (Doutorado em Ciência Política) — Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2013;

JÚNIOR, Cid de Oliva Botelho. **A crise cambial do encilhamento: algumas observações sobre a interpretação de Celso Furtado.** Economia e Sociedade, Campinas, v. 12, n. 2 (21), p. 275-294, jul./dez. 2003;

JÚNIOR, José Márcio Figueira. **A Administração Pública do primeiro biênio de Campos Sales.** Anais do Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas v. 2, n. 2, 2017;

LIMA, Rodrigo de. **A política financeira da Primeira República do Brasil (1889-1930).** Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n° 55, ago. 2012;

MONTEIRO, Tobias. **O Presidente Campos Salles na Europa.** Rio de Janeiro: F. Briguiet e cia, 1928.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. **A Economia Política dos Reformas Econômicas da Primeira Década Republicana.** Análise Económica, ano 21, n° 39, março, 2003, Porto Alegre

VISCARDI, Cláudia Maria R. **O Federalismo como experiência: Campos Sales e as tentativas de estabilização da República.** DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 59, no 4, 2016, pp. 1169 a 1206 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/001152582016110> .Acesso em: 17/08/19

**VARGAS E A (RE) ASCENSÃO CLERICAL: RELAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS ENTRE O ESTADO E A IGREJA CATÓLICA (1930-45).**

Jefer Cavalcante Porto  
Universidade Federal de Campina Grande  
pjefer@gmail.com